

O PODER DE PERSISTÊNCIA DE MULHERES-MÃES E UNIVERSITÁRIAS NO CURSAR PEDAGOGIA NA UFPE- CAA: como flores de cacto em meio à seca a desabrochar

Maria Leylane Moraes de Assunção ¹
Ana Maria Tavares Duarte ²

RESUMO

O trabalho em questão se trata de uma pesquisa que tem por título **O poder de persistência de mulheres-mães e universitárias no cursar Pedagogia na UFPE- CAA: como flores de cacto em meio à seca a desabrochar**. Pretendendo a partir deste processo de construção escrita explicitar como se caracteriza a ocorrência da trajetória de mulheres-mães no espaço acadêmico da UFPE-CAA, tendo para isto com sujeitas de pesquisa 4 mulheres que são mães e universitárias neste espaço. Como forma de nos guiar na realização da pesquisa, apontamos como Objetivo Geral: Compreender o processo de ingresso e permanência de mulheres-mães no cursar Pedagogia na UFPE-CAA, evidenciando as dificuldades enfrentadas e os benefícios conquistados, já enquanto objetivos específicos consideramos Identificar o perfil de mulheres-mães-universitárias no cursar Pedagogia na UFPE/CAA e Descrever as possibilidades e as dificuldades do processo de acesso e permanência de mulheres-mães-universitárias no curso de Pedagogia UFPE-CAA. Esta pesquisa se qualifica enquanto do tipo qualitativa e buscando atender os objetivos apontados anteriormente adotaremos enquanto instrumentos de coleta de dados o questionário e posteriormente a análise de conteúdo nos baseando em Bardin (1979). Em busca de promover um diálogo acerca do acesso e permanência de mulheres-mães no Ensino Superior e as definições e características inseridas neste contexto, tomamos como base teóricos diversos, entre estes Bitencourt (2017); Paula (2009) e Uripia; Sampaio (2009). Acerca dos resultados concluímos que as mulheres-mães que frequentam o curso de Pedagogia da UFPE-CAA, apresentam perfis diversos, mas todas quando questionadas afirmam que as maiores dificuldades de persistir na trajetória acadêmica são oriundas do ser mãe. Desta forma se apresenta como papel da universidade enquanto instituição macro o planejamento que envolva investimentos que garantam o acesso e a permanência destas mulheres no ambiente acadêmico, somados a ações de conscientização dos docentes e demais profissionais.

Palavras-chave: Mulheres – mães; Universidade; Trajetória; Persistência.

INTRODUÇÃO

Esta presente produção se trata de um artigo o qual apresentará uma pesquisa realizada como parte principal do Trabalho de Conclusão de Curso, de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste. Pesquisa esta realizada no ano de

O artigo em questão apresenta o resultado de um projeto de pesquisa realizado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco -UFPE/CAA.

¹Pedagoga graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA, <marialeylane.assuncao@ufpe.br> ;

² Doutora em Psicologia pela Universidade de Deusto – Bilbao – Espanha, <ana.duarte@ufpe.br>

2021, durante o período de estudos remotos como consequência do isolamento imposto pela pandemia do vírus COVID- 19.

Julgamos necessário destacar que adotaremos como temática principal a trajetória de mulheres mães enquanto universitárias no curso de Pedagogia, na UFPE-CAA. Compreendendo que as ações rotineiras de acesso a direitos básicos, como profissionalização e formação acadêmica se apresentam como maiores dificuldades para mulheres considerando a formação social histórica na qual estamos inseridos e continuamos a perpetuar costumes, a qual coloca o homem no centro como referência e único capaz de cumprir tarefas e ocupar diversos espaços. Em aspectos gerais, continuam mantendo a lógica androcêntrica, como destaca (Caetano, 2016).

Desta maneira a formação das mulheres baseava-se em prepará-las para o casamento, a maternidade e o lar, incentivando a permanência destas na esfera privada já aos homens cabiam as funções públicas, de trabalho e ocupação de cargos políticos e sociais, fatos que contribuía para o fortalecimento e manutenção das desigualdades de gênero já existentes. A forma de divisão do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos é adaptada historicamente em cada sociedade, mas prevalece a premissa de designação prioritária dos homens à esfera produtiva, e conseqüentemente, ao espaço público e de poder, e das mulheres à esfera reprodutiva (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Considerando as experiências femininas marcadas pela resistência e persistência em toda a história da sociedade brasileira em busca de seus direitos, se apresenta como mais um destes desafios, o ingresso na Universidade enquanto oportunidade de conhecer um mundo novo de possibilidades, reconhecer-se neste mundo e no próprio mundo do qual faz parte, pois compreende-se que “[...] apenas a educação era capaz de tirar o gênero feminino da submissão a que estava relegado, e de dar às mulheres as condições necessárias para serem donas de seus destinos”. (DUARTE, 2010, p. 78)

Assim,

O acesso ao ensino superior deve vir acompanhado de medidas efetivas que garantem a permanência dos estudantes nas universidades. Isso requer investimento considerável em assistência estudantil e depende do fortalecimento da educação pública em todos os níveis, fundamental, médio e superior. [...] (PAULA, 2009, p.19).

Destaca-se a importância do investimento em políticas públicas de acesso e permanência que atendam as demandas específicas das mulheres que são ou se tornam mães no decorrer da trajetória acadêmica. Pois como dito por Urpia e Sampaio (2009) a mulher encontra-se em desvantagem na permanência na universidade, em razão de ser um grupo social com

especificidades e que, portanto necessitam de atenção especial por parte da instituição. As políticas públicas de acesso ao ensino superior visando a inclusão social tratam-se de medidas compensatórias, visando equilibrar o acesso aos bens sociais, levando-se em consideração o princípio da igualdade na escolaridade, bem como na inserção profissional mais qualificada (CURY, 2005).

Ainda no sentido de buscar compreender e atender o que é posto quando se garante este acesso ao Ensino Superior, se apresenta como indispensável destacar a garantia da existência e acesso à programas de assistência estudantil a quem necessita. Pois somente a partir destas ações a permanência será de fato efetivada, portanto

[...] a assistência estudantil deve ser compreendida como um direito e seus recursos aplicados como investimento, pois suas consequências são a formação de jovens capacitados para desenvolverem-se e ocuparem papéis estratégicos na sociedade, efetivando a mobilidade social enquanto sujeitos emancipados (SILVEIRA, 2012, p. 48).

Assim tais ações de fortalecimento da presença e participação principalmente da mulher enquanto sujeita social no meio acadêmico se apresentam como garantias de que o papel de formação social da Universidade de fato será cumprido.

Neste contexto destacamos que consideramos a inquietação pessoal, a própria experiência enquanto mulher, mãe e universitária graduanda do curso de Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste. Se apresenta como principal motivação a percepção da necessidade de inscritos que coloquem a mulher que é mãe e ocupa o espaço universitário em foco, trazendo para o protagonismo suas experiências, sentimentos, percepções, necessidades e o conhecimento por estas produzidos assim como os seus filhos, que por vezes são a causa dos maiores desafios, mas concomitantemente a fonte de esperança, força e certezas do persistir, lutar e conseguir destas mulheres.

Enfatizamos a importância do debruçar, pesquisar e produzir sobre a vivência de mulheres mães no espaço universitário. Buscando evidenciar o poder emancipador e transformador da educação na graduação, capaz de modificar a vida desta mãe e por extensão de todos os seus, além de fornecer dados para fortalecer a inclusão desta temática enquanto discussão no próprio espaço universitário e acadêmico. Oportunizando assim discussões na própria academia e o fortalecimento da luta para o surgimento e o cumprimento de leis e de políticas públicas que visem possibilitar e facilitar o ingresso de mais mulheres- mães no espaço da universidade assim como garantir a permanência destas.

Tendo isto em vista, utilizaremos enquanto ponto de partida em nosso exercício de pesquisa:



PROBLEMA: Como se dá a trajetória de mulheres-mães- universitárias no curso de Pedagogia na UFPE-CAA?

OBJETIVO GERAL:

- Compreender o processo de ingresso e permanência de mulheres-mães no cursar Pedagogia na UFPE-CAA, evidenciando as dificuldades enfrentadas e os benefícios conquistados

Objetivos Específicos:

- Identificar o perfil de mulheres-mães-universitárias no cursar Pedagogia na UFPE/CAA
- Descrever as possibilidades e as dificuldades do processo de acesso e permanência de mulheres-mães-universitárias no curso de Pedagogia UFPE-CAA.

METODOLOGIA

Buscando conhecer e compreender a experiência oriunda do exercício de pesquisa proposto e com isso enriquecer tal aprendizado por intermédio da correlação entre teoria e realidade do objeto investigado, optou-se neste exercício de pesquisa por uma do tipo qualitativa.

Neste sentido nos baseando em contatos anteriores no próprio ambiente da universidade onde conhecemos e nos aproximamos destas mães, optamos por realizar a abordagem inicial pela rede social WhatsApp, em razão do contexto pandêmico em decorrência do COVID-19 não conseguimos realizar encontros presenciais para esta troca.

Para tal, adotamos enquanto técnica de coleta de dados a fim de atender as necessidades explicitadas, a aplicação de questionário o qual entende-se como um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. (GIL, 2002, p. 114) O questionário fora produzido na plataforma do Google Forms e destinado a 4 mulheres, mães e universitárias do curso de Pedagogia da UFPE-CAA. A fim de garantir as mesmas o anonimato necessário para proporcionar o conforto para a participação e o compartilhar das suas vivências a partir de suas respostas daremos as 4 mulheres nomes de flores de cactos, nomearemos como Sianinha, Violácea, Rebutia e Flor de Maio, comparando assim suas jornadas na Universidade em meio às adversidades e obstáculos com o desabrochar de tão belas flores, que mesmo estando presentes em um meio hostil, sofrendo com a seca e a ausência de estímulos outros, ainda conseguem florescer.

Em nosso exercício e para fins desta investigação, utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo para tratarmos com os dados coletados. A Análise de Conteúdo é:



[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2010, 42).

Por fim, em nossa pesquisa a análise dos dados coletados (pela aplicação do questionário) fora sistematizada e realizada conforme as categorias explicativas que surgiram do processo de produção escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pretendendo nos aproximar das mulheres-mães que assumiram o papel de sujeitas de nossa pesquisa assim como compreender as características de suas vivências e a realidade experienciada, buscamos traçar um perfil pessoal destas a partir das perguntas realizadas no questionário tomando posteriormente estes dados como uma apresentação do coletivo que engloba o ser mulher-mãe-universitária no contexto existente e apresentado nas questões seguintes.

No que se refere a idade das mulheres, estas têm entre 24 à 58 anos, sendo Sianinha com 24 anos, Violácea com 34 anos, Rebutia com 39 anos e Flor de Maio com 58 anos. Dando continuidade com o perfil destas solicitamos que nos informassem seu estado profissional, enquanto emprego formal, das 4 mulheres, apenas 1 (Flor de Maior) possui vínculo empregatício formal.

Dando continuidade as nossas perguntas questionamos sobre o Estado Civil e a Configuração Familiar de cada uma, assim compreendemos que todas as mulheres entrevistadas são casadas/estão em união estável, residindo na mesma casa que seus respectivos maridos e filhos, suas organizações se baseiam na denominada família nuclear, que se caracteriza pela presença do pai, mãe e filhos. Buscando prosseguir com a produção do perfil destas mulheres para isto solicitamos as mulheres que nos fossem informadas a quantidade de filhos e as idades dos mesmos.

A partir das respostas recebidas notamos que a maioria das mulheres são mães de mais de 1 filho, havendo a variável de 1 a 5 filhos, sobre a idade percebemos que 3 destas são mães de crianças menores ou igual a 6 anos, e 1 possui filhos mais velhos. Considerando os dados anteriores envolvendo a organização familiar e os filhos, percebemos a importância de saber onde ou com quem ficavam estas crianças, filhos de mulheres universitárias, quando suas mães estavam no espaço da Universidade, cumprindo com as obrigações acadêmicas.



Neste sentido mesmo optando por não questionar diretamente o envolvimento dos companheiros/pais nos cuidados com os filhos, percebemos que somente uma das mães explicitou a participação do pai enquanto a mesma frequenta a universidade, é importante destacar a compreensão que “Uma família igualitária, com uma divisão de trabalho que leve os homens a partilhar com as companheiras tanto as responsabilidades profissionais quanto as familiares e domésticas, é condição para a conquista da cidadania pelas mulheres”. (BRUSCHINI, 1994, p. 31)

Analisando continuamente notamos que o cuidado com as crianças recaí quase que em sua totalidade de tempo sobre as mulheres ao redor destas mães, como avós paternas e maternas e as irmãs mais velhas, que se apresentam como rede de apoio a estas mulheres e seus filhos. Como afirmado por Brito e Koller (1999), rede de apoio é um “conjunto de sistemas e de pessoas significativas, que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo”.

Posterior ao contato com tais informações sobre o cuidado com os filhos e os dados das idades destes fornecidos anteriormente, percebemos que Sianinha fora a única a afirmar utilizar-se inicialmente da rede de apoio e posteriormente de recursos financeiros, *‘Geralmente com familiares no início, após conseguir o PIBIC³ pagava um valor para que uma pessoa pudesse cuidar dela durante a noite quando estava em aula.’* (SIANINHA, 24 anos, 2021) para responder a pergunta *‘Onde (ou com quem) seu(s) filho(s) fica(m) enquanto você está na Universidade?’* (EXTRATO QUESTIONÁRIO, 2021), isto demonstra que ser mãe de filhos pequenos, requer um nível maior de organização para conseguir frequentar a universidade.

Posteriormente questionamos se as mulheres já ingressaram na universidade sendo mães e se sim qual a idade dos seus filhos no momento do ingresso, 3 destas já eram mães no momento do ingresso, Sianinha se tornou mãe em 2015 e ingressou na universidade em 2016, Rebutia se tornou mãe no ano de 2009, ingressou na universidade em 2017 e foi mãe novamente em 2020, já Flor de Maio teve seu primeiro filho no ano de 1985 e ingressou na UFPE em 2016. Violácea sendo a única mulher que se torna mãe durante a graduação ingressa na universidade no ano de 2014 e se torna mãe em 2015 e posteriormente em 2017.

Em decorrência destes dados questionamos sobre a existência da dificuldade de ingressar na universidade, as 3 mulheres que ingressam sendo mães, Sianinha, Rebutia e Flor de Maio, relatam dificuldades de acesso concomitantemente de permanência. Por motivos diversos, que vão desde as demandas familiares, principalmente o cuidado com os filhos, pois

³ O foco principal do **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)** é promover uma ênfase científica aos novos talentos que estão para se formar. (INPE, 2021)

como afirma, Cramer (2002) apesar de perceber uma mudança em relação aos papéis de cada um (homem e mulher), ainda há a percepção que a responsabilidade maior pelos cuidados que envolvem a casa e os filhos cabe à mulher.

Já no que concerne a permanência foram citados pelas mulheres-mães como principais dificuldades o tempo, o cansaço e as questões financeiras.

Assim, as estudantes mães necessitarão organizar o tempo do curso de graduação com os cuidados dos filhos e os cuidados de si. Deste modo, é possível observar na vida destas mulheres um tripé em relação ao uso do tempo que envolve os cuidados da carreira, dos filhos e de si, mesmo as mães com filhos já estão em idade adulta. (BITENCOURT, 2017, p. 12)

Percebe-se assim que as 4 mulheres enfatizam questões relacionadas a maternidade e a organização das demandas pessoais e universitárias como principal dificuldade para continuar a frequentar o espaço acadêmico.

Logo em sequência questionamos sobre o acesso a políticas públicas pontuais como o auxílio permanência fornecido pela universidade recebemos como informação tanto de Sianinha quanto de Flor de Maio, que ambas foram beneficiadas pela política pública de Auxílio Estudantil⁴, o qual foi instituído no ano de 2010, através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁵ por meio do Decreto 7.234 de 2010. Sobre o qual a própria Universidade discorre, afirmando que,

Entende-se por Política de Assistência Estudantil (PAE) da UFPE as ações que proporcionem ao estudante de graduação na forma presencial, regularmente matriculado, e de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, condições para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, habilitando sua permanência na educação superior. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2016)

O auxílio em questão se trata de uma política pública, que se apresenta como uma ação afirmativa, visando a garantia da permanência dos estudantes, as quais [...] constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos (PIOVESAN, 2005, p. 49).

⁴ Auxílio e Serviço de Assistência Estudantil

Auxílio financeiro cuja finalidade é a de ampliar as condições de permanência dos estudantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados na Universidade, de modo a concluírem os cursos da graduação presencial; observando-se os critérios da Política de Assistência Estudantil da UFPE, estabelecidos pelas Resoluções nº 01 e 02/2016 do Conselho de Administração. (UFPE, 2021)

⁵ O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. (UFPE, 2021)

Posteriormente questionamos se *‘as mulheres enquanto mães sentem/sentiam o CAA um espaço de cuidado e acolhimento para você e seu filho?’* (EXTRATO QUESTIONÁRIO, 2021), para este questionamento 3 das 4 mulheres-mães participantes da nossa pesquisa, afirmaram não sentir-se acolhida/cuidada no espaço da universidade e que tal sentimento se estendia para seus filhos. Estas mães pontuam um dado de suma importância, não se pode discutir acesso e permanência em universidades públicas sem pautar principalmente o acolhimento dos indivíduos e as necessidades existentes neste ou no seu existir, quando estes ingressam no espaço acadêmico.

Na sequência perguntamos *‘Há alguma atitude que você considere importante para tornar o CAA um espaço mais acolhedor para mães e filhos?’* (EXTRATO QUESTIONÁRIO, 2021), sobre esta pergunta 3 das 4 mulheres- mães responderam que sim e contribuem com sugestões para buscar atender as demandas e as necessidades existentes. Flor de Maio (58 anos) afirma, *‘sim, uma creche para acolher as crianças que a mãe, não tem como deixar’* (2021). Para Raupp (2002) nesse contexto, a implantação de creches universitárias poderia melhorar a qualidade de vida dessas mães-estudantes. Se apresenta enquanto um recurso indispensável para o bem-estar das mães e de seus filhos no espaço da universidade.

Sobre tais aspectos Rebutia (39 anos), afirma

Sim, uma política de auxílio-permanência, pensando educação como direito, não basta dar acesso, tem que pensar a permanência, com a criação de espaço para as crianças, disponibilizar o curso ou ofertar disciplinas em outros horários, além do período noturno, horário que não tem escola, creche, e nem sempre a rede de apoio tem disponibilidade para cuidar. (REBUTIA, 39 anos, 2021)

Tal relato de Rebutia explicita de forma objetiva diversos pontos já tratados anteriormente, merecendo destaque a necessidade de garantir o acesso ao auxílio permanência que vise incluir e fornecer acesso à educação para todos, espaços para as crianças, pois como dito Rebutia é mãe de duas crianças de 1 e 12 anos, logo a preocupação se estende desde uma creche, para a filha mais nova, quanto um espaço que acolha sua filha mais velha.

Neste momento foi perguntado *‘Ser mãe dificultou sua trajetória educativa/formativa? Impediu ou tornou mais complicada a participação em projetos/atividades da universidade?’* (EXTRATO QUESTIONÁRIO, 2021), sobre isto 100% das mães, as 4 mulheres participantes afirmaram que a maternidade impõe dificuldades na trajetória acadêmica durante a graduação na universidade.

O relato de Violácea, por ser a única mulher que entra na universidade sem filhos e se torna mãe durante a graduação, nos emerge em uma realidade outra, redirecionando nosso olhar

a esta mãe, que inicialmente, enquanto apenas mulher universitária conseguia atender a todas as propostas do cursar uma graduação em uma universidade pública, com a tríade, ensino-pesquisa e extensão e que posterior ao nascimento dos filhos vê tudo isto modificado.

Conforme nos relata,

Quando eu não tinha filhos podia me dedicar integralmente a universidade participar dos eventos, mas agora eu não teria como participar de todos os eventos como eu gostava de participar antes. Hoje eu tenho a responsabilidade de realizar atividades com os meus filhos que não me permitem desenvolver as atividades acadêmicas como eu gostaria. (VIOLÁCEA, 34 anos, 2021)

Ordenamente ocorre o questionamento ‘*Enquanto mulher-mãe você já vivenciou/presenciou alguma atitude de desrespeito de alguém para com uma mãe/criança no espaço do CAA?*’ (EXTRATO QUESTIONÁRIO, 2021), 3 mães confirmaram que sim, já vivenciaram ou presenciaram situações de desrespeito e/ou constrangimento para com mães/filhos no espaço do CAA. Considerando estes dados e considerando que haveriam respostas positivas, propomos um exercício através de uma questão com resposta discursiva, sendo esta ‘*Gostaria de nos relatar sua experiência e enquanto pedagoga nos dizer o que considera que deveria ter sido feito diferentemente na situação citada acima?*’ (EXTRATO QUESTIONÁRIO, 2021)

Neste momento Sianinha nos respondeu, ‘*Nunca presenciei nenhuma relação de desrespeito a crianças, porém sinto que uma parte dos professores por não serem pais, não compreendem as dificuldades que enfrentamos para estar ali diariamente*’ (SIANINHA, 24 anos, 2021). Esta percepção de Sianinha nos é confirmada quando Rebutia compartilha conosco o seu relato,

Ouvi uma colega pedir para uma professora rever suas faltas e a ausência do cumprimento de uma atividade porque não teve com quem deixar suas duas crianças em alguns momentos, tendo que faltar, e a professora irredutível, sem abertura para pensar possibilidades outras de considerar essa subjetividade alegou que não casou, nem teve filhos porque a vida é feita de escolhas, que precisamos ver as prioridades, e que quem decide estudar tem que abrir mão de algumas coisas, passando a ideia de que a vida acadêmica não é para as mães, ou mesmo que devemos abandonar nossas responsabilidades de mãe em detrimento de uma exclusividade a vida acadêmica. [...] (REBUTIA, 39 anos, 2021)

Ainda no sentido da atitude dos docentes para com as mães e seus filhos, Flor de Maio (58 anos) expressa,

Minha filha de 10 anos foi retirada da sala de aula, criando uma situação constrangedora para a criança, eu já era acostumada a levar ela nas aulas de outras disciplinas e os professores nunca falaram nada, ela até participava, mas nesse dia a professora colocou ela pra fora da sala. Isso me travou na disciplina dela, só consegui pagar agora no período remoto. (FLOR DE MAIO, 58 anos, 2021)

Notamos que as atitudes dos docentes dentro da sala de aula, interferem no aprendizado das mulheres que são mães.

Dando continuidade ‘Qual o maior benefício já adquirido ou almejado com o concluir da graduação em Pedagogia?’ (EXTRATO QUESTIONÁRIO, 2021), como resposta Violácea nos disse: ‘Profissional (lhe garantiu a profissionalização e era isso que você mais almejava)’ (VIOLÁCEA, 34 anos, 2021). Já Sianinha e Flor de Maio Sianinha destacam como maior benefício o ‘Pessoal (mudou/ despertou algo novo em você que lhe modificou de alguma forma, enquanto mulher/mãe).

Sobre este tópico Rebutia afirma,

‘Além do fato de contribuir com a formação de minha criticidade e de pensar meu direito diante de algumas pautas, como por exemplo a que estamos tratando aqui, uma visão de mundo mais ampla, consciência do direito e reconhecimento do meu espaço e do outro, perspectiva de atuar em prol de contribuir com o desenvolvimento de outras pessoas a partir dos conhecimentos que estou constituindo’ (REBUTIA, 39 anos, 2021).

Concluimos que o ato de conciliar maternidade, universidade e o ser mulher se apresenta como a maior de todas as experiências. É impossível tratar de ações que toquem sem citar o gerar a vida, citar a possibilidade de parar o tempo Chronos sem imaginar o abraçar um filho, parar para sentir, olhar, ouvir, sem trazer ao pensamento o coração que bateu no ventre desta mãe e hoje por extensão bate no ecoar do vento. Que as mulheres tenham oportunidade, que seus direitos sejam divulgados e respeitados, que com filho no colo, perseverança na alma, sorriso no rosto e sonhos em mente ocupe todos os lugares e faça sua voz ser ouvida, somos mulheres, somos mães e somos acadêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma é notório que a trajetória universitária destas mulheres ocorre em meio à situações de adversidade, que se iniciam desde o acesso e que tendem a se fortalecer na permanência, a qual esbarra em um processo histórico de exclusão e silenciamento. A universidade acaba assim por perpetuar este coportamento de invisibilidade, seja pela inexistência de políticas públicas voltadas especificamente as necessidades comuns à maternidade, seja na ausência de práticas pedagógicas docentes que incluam e respeitem as especificidades destas mulheres-mães.

Percebemos que as mulheres-mães que estão inseridas na universidade apresentam perfis e características diversas, assim como seus filhos. Destaca-se que tanto a quantidade de

filhos, quanto as idades destes no momento de ingresso das mulheres-mães na universidade influenciam diretamente no fator permanência e participação nas atividades acadêmicas no ambiente universitário, as dificuldades são maiores para mães com mais de um filho e com idades menores que 6 anos, merecendo ênfase neste sentido a existência da rede de apoio.

Neste contexto, é papel da universidade pensar e elaborar políticas que garantam desde o acesso, inclusão, até a permanência destas mulheres neste espaço acadêmico, o que inclui a necessidade da adaptação e criação de espaços físicos para acolher mães e filhos e suas demandas, como creches, brinquedotecas e espaços de lazer, é indispensável destacar a necessidade de investimentos na conscientização destes profissionais para as questões da maternidade, promovendo a discussão sobre seus planejamentos, as práticas pedagógicas e as atitudes em si.

Destacamos assim que esta mulher já se encontra inserida no espaço acadêmico, que leva em si como característica marcante o ser mãe e merece que suas necessidades sejam atendidas e olhadas de fato pela instituição e pelos profissionais que fazem parte desta. Que ao chamar este lugar de seu, sinta-se parte deste de fato e que possa compartilhar com seu filho o percorrer desta trajetória, que para uma mulher-mãe se transforma de individual em uma trajetória coletiva, de outras mães e também dos seus filhos, pois uma mãe nunca está só, uma mãe nunca é sozinha.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. (2010). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 (Trabalho original publicado em 1977).

BITENCOURT, S. M. **Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado**. Florianópolis, SC, 2011. 344p.: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. **Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo**. In: CARVALHO, Alysson Massote (org.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BRUSCHINI, C. **Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro**. CIEC - Estudos Feministas, Rio de Janeiro, ano 2, n.1, 1º semestre/1994, p.17-32.

CAETANO, M. **Performatividades reguladas: heteronormatividade, biografias e educação**. Curitiba: Appris, 2016.



CRAMER, Luciana. PAULA NETO, Alcilis de. SILVA, Áurea Lucia. **A Inserção do Feminino no Universo Masculino: Representações da Educação Superior.** Organizações e Sociedade. Salvador, v. 9, n. 24, maio/junho, 2002.

CURY, C. R. J. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo. v. 35, n. 124, p. 11-32, jan. / abr., 2005

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4711.pdf>> Acesso em: 18 set. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

PAULA, M. F. **As políticas de democratização: do acesso ao ensino superior do governo Lula.** Revista Advir, nº 23, 2009.

PIOVESAN, F. **Ações Afirmativas da Perspectiva dos Direitos Humanos.** Cadernos de Pesquisa, v.35, n.124, p.43-55, jan/abr 2005.

RAUPP, M. D. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 197-217, abril, 2004.

SILVEIRA, M. M. da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior:** uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Dissertação de mestrado em Política Social, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **EDITAL PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 2016.1.** Disponível em:
<<https://www.ufpe.br/documents/38966/211749/Edital+de+Assist%C3%Aancia+2016.1/b672d89d-a751-41d2-bb04-be46b35dc417>> Acesso em: out. 2021.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária.** Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, vol. 3 (2) 2009.